



Benefícios sempre em QRV para os sócios

Associados SINDSEG e seus familiares sempre tem vantagens! Veja abaixo alguns lugares onde você é mais que bem-vindo!

Consulte toda a lista de benefícios disponíveis em www.sindicatovigilantes.com.br

ESCRITÓRIO DE
ADVOCACIA

Atendimento especial para Vigilantes

Fone/Whats
12 3133-2738
Em Guaratinguetá

- Trabalhista
- Cível
- Previdenciária

Descontos especiais nos honorários advocatícios

UNINTER.COM

Invista em sua formação à distância a partir de:

Graduação: R\$ 149,00
Pós-Graduação: R\$ 99,00
EJA: R\$ 99,00

Desconto de 10% nas mensalidades

USF
UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO

Faça o seu curso superior

Fone/Whats
11 94467-9295
R. Dr. Moraes Filho, 195
Centro - Guaratinguetá

- Administração de Empresas
- Direito
- Engenharia (Diversas áreas)
- Gastronomia
- Gestão da Tecnologia da Informação
- Logística
- Marketing Digital
- Farmácia
- Fisioterapia
- Biomedicina
- ... e muitos outros!

Até 50% de desconto nos cursos presenciais, semipresenciais e EAD



Cursos na área de Segurança

Fone/Whats
12 3133-2738

- Segurança Operacional em Hospital
- Segurança Operacional em Shopping
- Segurança Bancária
- Hospitalidade na segurança patrimonial
- Gerenciamento de crises em Shoppings
- Postura profissional frente a clientes exigentes
- Inteligência emocional no trabalho de segurança
- Vigilância em Grandes Eventos
- Atendimento a pessoas com deficiência e LGBTQIA+
- Ética e disciplina no trabalho
- ... e muitos outros!

Mais de 40 cursos on-line GRATUITOS para os Associados



Cuide da sua saúde e bem-estar

Fone/Whats
12 3042-9767

R. Dr. Celestino, 1269 Sala 03
Vila Canevari - Cruzeiro

- Farmácias
- Estéticas
- Cosmetologia
- e mais de 20 especialidades voltadas para a saúde e bem-estar
- Sem carência
- Sem fidelidade
- Sem taxa de adesão

Preços especiais a partir de R\$ 24,90 por pessoa + R\$ 10,00 por dependente



Cortes de cabelo para toda a família

Fone/Whats
11 98141-3468
R. Álvares Cabral 14A,
Próximo ao Shopping
Guaratinguetá

- Corte masculino e feminino
- Hidratação
- Escova
- Pintura
- ... e muitos outros procedimentos!

Descontos especiais para Associados e seus familiares



Diversão para toda a família

Fone/Whats
12 3133-2738
Em Aparecida

- Piscinas
- Sauna
- Academia
- Hidroginástica
- Natação
- Futsal



Desconto na mensalidade incluindo filhos(as), esposa(a) e, se solteiro(a), pai, mãe e dependente legal.



Kit de Boas-vindas para os recém-nascidos

Um presente especial do SINDSEG para saudar os filhos recém chegados dos papais e mamães Vigilantes!

Fale direto com a gente!
Fone/Whats
12 3133-2738

Kit de produtos para bebê GRATUITO para os papais ou mães Associados



Corte de cabelo GRATUITO para os Associados

Lorena

EDSON ERNANI

12 3157-2810

Av. Tomas Alves de Figueiredo, 460
V. Hepacaré

Cachoeira Paulista

Barbearia SANTA CECÍLIA

12 99179-5587
R. Bernardino de Campos
(em frente a Lojas CEM)

Pinda

BARBEARIA Sant'Ana

12 99159-1337

Rua Suíça, 1248 Santana
(em frente ao SENAC)

Cruzeiro

SALÃO DO JOSIAS

12 99727-9078

R. Cap. Avelino Bastos, 830
Centro

Cunha

BARBEARIA PERES

12 99605-7241
R. Elias José Abdalla, 18
Centro - Cunha

QAP

Edição 14 - Outubro/Novembro de 2024

Boletim Informativo dos Vigilantes de Guaratinguetá e Região

Sindicato dos Vigilantes de Guaratinguetá e Região
SINDSEG

Novo Estatuto da Segurança Privada Entenda como as mudanças podem afetar o seu dia a dia de trabalho

O novo Estatuto da Segurança Privada traz importantes mudanças para o setor, com impactos diretos na vida dos Vigilantes. Ele é considerado um marco para a categoria, com potencial para aumentar a geração de empregos e melhorar as condições de trabalho, além de combater empresas clandestinas.

O Estatuto regula a atuação de empresas de segurança privada e de transporte de valores, além de estabelecer diretrizes para a segurança bancária. Ele impõe exigências rigorosas, eliminando empresas que operam de forma irregular, beneficiando os vigilantes regulares ao reduzir a concorrência desleal e as condições de trabalho precárias. Veja as principais mudanças:

Serviço Orgânico de Segurança: Uma novidade é a regulamentação do serviço orgânico de segurança, permitindo que empresas, condomínios e escritórios tenham seu próprio serviço de segurança privada, desde que exclusivo e autorizado pela Polícia Federal.

Definição dos serviços de segurança privada: A norma define os serviços de segurança privada, que incluem vigilância patrimonial, segurança de eventos, transporte coletivo (exceto aviação), segurança em unidades de conservação, transporte de valores e escolta de bens. Fica proibida a prestação de serviços de forma cooperada ou autônoma.

Capital social mínimo: A lei estabelece capital social mínimo para empresas de segurança, variando conforme a atividade. Para transporte de valores, exige-se R\$ 2 milhões, e para segurança patrimonial, R\$ 500 mil (com possibilidade de redução para R\$ 125 mil em casos específicos). Isso visa profissionalizar o setor, trazendo mais segurança para trabalhadores e clientes.

Prazo para adequação e sanções: As empresas têm dois anos para se adequarem às novas regras. Sanções severas, como multas e cancelamento de autorizações,

serão aplicadas em caso de descumprimento. Além disso, oferecer serviços sem autorização será considerado crime, com penas de detenção e multa.

Grandes eventos: Empresas contratadas para grandes eventos devem apresentar projetos de segurança à autoridade competente, incluindo público estimado, quantidade de vigilantes e análise de riscos. Em estádios e ginásios, a segurança privada poderá complementar as ações dos órgãos públicos.

Cotas de contratação: Um ponto controverso foi a manutenção das cotas de contratação de aprendizes e pessoas com deficiência, garantindo que esses grupos continuem a ter acesso a empregos no setor.

Outras alterações: Exigências excessivas, como sistemas de monitoramento em veículos de transporte de valores e portas de segurança em bancos, foram removidas. A Polícia Federal continua com papel central na fiscalização do setor.

O novo estatuto traz mudanças significativas, com potencial para beneficiar o emprego e a segurança, embora exija adaptação às novas regras.

Gostaria de receber mais detalhes sobre o novo Estatuto da Segurança Privada?

Entre em contato conosco pelo WhatsApp

12 3133-2738



Editorial

No dia 18/10, às 19:00, iniciamos a campanha salarial para o ano de 2025. A presença de todos foi de extrema importância, pois foi o momento de apresentar as propostas e debater as sugestões.

Houve discussões e recebemos algumas sugestões que, após debate, foram aproveitadas por entendermos que poderão agregar benefícios à categoria. Associados ou não, o sindicato manteve suas portas abertas, pois entendemos que a democracia foi exercida da forma mais plena, como deve ser.

No dia 09/09/2024, o presidente Lula sancionou a Lei 14.967/2024, que trata da Segurança Privada e das Instituições Financeiras em todo o território nacional. A Lei 7.102/1986, com mais de 40 anos, necessitava de atualização para modernizar procedimentos e aumentar a fiscalização. Sabemos que a nova lei não resolverá todas as pendências da categoria, mas a modernização abre a possibilidade de criação de novos postos de trabalho e dá mais autonomia à Polícia Federal para combater empresas clandestinas com mais eficácia.

Algumas novidades da nova lei incluem: Proibição de autônomos e cooperativas no ramo; Punição para quem vender serviços clandestinos; Obrigatoriedade de, no mínimo, dois vigilantes em agências bancárias; Obrigatoriedade de um vigilante nos postos de atendimento bancário onde haja atendimento ao público ou movimentação de valores.

Ainda é cedo para sabermos todos os benefícios que a nova lei trará, pois alguns artigos precisarão ser regulamentados pela Polícia Federal. E o que é essa regulamentação da Lei 14.967/2024 pela Polícia Federal? É a publicação, através de uma portaria, que detalhará ou esclarecerá artigos que não ficaram bem definidos na lei.

Seguimos sempre atentos para que vocês sempre possam contar com o SINDSEG.

Acompanhe todas as novidades do SINDSEG.

[f @sindseg](https://www.facebook.com/sindseg) www.sindicatovigilantes.com.br

Expediente
QAP - Informativo do Sindicato dos Trabalhadores em Serviços de Segurança, Vigilância, Segurança Pessoal, Guardas Noturnos e Segurança Patrimonial de Guaratinguetá e Região | Presidente: Leonel Teodoro de Oliveira | End.: R. José Vianna Credidio, 80 Cpo. do Galvão - Guaratinguetá | Contatos: WhatsApp 12 3133-2738 | Email: comunicacao@sindicatosseguranca.com.br | Jornalista resp.: Adelson Cavalcante S. Filho MTB 56.011-SP | Diagramação: Lightman Propaganda & Marketing | Distribuição: Aparecida, Areias, Arapel, Bananal, Cachoeira Paulista, Campos do Jordão, Canas, Cruzeiro, Cunha, Guaratinguetá, Lavrinhas, Lorena, Pindamonhangaba, Piquete, Potim, Queluz, Roseira, São José do Barreiro e Silveiras | Tiragem: 300 exemplares | Impressão: Gráfica S. Terezinha



Leonel Teodoro
Presidente do SINDSEG

É golpe!!!

Justiça do Trabalho alerta para golpe sobre custas processuais



Um novo golpe foi identificado, no qual criminosos enviam mensagens por e-mail, WhatsApp ou redes sociais, solicitando que as vítimas realizem pagamentos para agilizar a liberação de valores em processos. **A Justiça do Trabalho esclarece que não adota essa prática.**

Em processos judiciais, os valores são liberados diretamente, sem a necessidade de qualquer pagamento prévio ou adicional. Como se proteger? A Justiça do Trabalho recomenda:

- Converse pessoalmente ou, se possível, por vídeo com seu advogado(a): Interações face a face ou por videochamada aumentam a segurança e autenticidade nas comunicações.
- Desconfie de urgências: Golpistas costumam criar um senso de urgência. Se sentir pressão para agir rapidamente, desconfie.
- Não clique em links desconhecidos: Evite mensagens que solicitam clicar em links ou fornecer dados pessoais.
- Entre em contato com o tribunal: Se receber mensagens suspeitas, consulte diretamente o Tribunal Regional do Trabalho (TRT), Vara do Trabalho ou Fórum onde o processo tramita, e avise seu advogado(a).

Denuncie! Se você ou alguém que conheça for vítima desse golpe, denuncie imediatamente. A Justiça do Trabalho recebe denúncias via Ouvidoria, e o Ministério Público do Trabalho (MPT) também oferece um canal para denúncias. Esteja sempre atento e busque informações em fontes oficiais.

Fonte: (Secom/TST)

SINDSEG oferece cursos gratuitos aos associados

O SINDSEG, em parceria com o IBRAGESP, oferece aos associados e seus dependentes uma ampla gama de cursos profissionalizantes totalmente gratuitos. Essas formações são ideais para Vigilantes e profissionais da área que desejam enriquecer seus currículos e se preparar melhor para os desafios tanto administrativos quanto operacionais da profissão. Aprimorem suas habilidades e aumentem suas chances no mercado de trabalho! Os cursos são 100% online, e geram certificados de conclusão. Para mais informações, entre em contato conosco pelo WhatsApp 12 3133-2738.



SINDSEG conquista vitórias para os trabalhadores da categoria

As conquistas já ultrapassam R\$ 7,5 milhões, valores que já se encontra com os beneficiados

Entre os anos de 2021 e 2024, o SINDSEG, por meio de ações judiciais, conseguiu ordens liminares que resultaram no bloqueio de mais de R\$ 7,5 milhões, destinados ao pagamento dos direitos dos Vigilantes e profissionais da nossa categoria. Além dessas ações, o Sindicato também obteve êxito em diversas ações de cumprimento, garantindo o pagamento de direitos trabalhistas, como o PPR em atraso.

Para que o Sindicato continue esse importante trabalho, é fundamental que todos os Vigilantes se envolvam ativamente, trazendo denúncias, informações e se associando à nossa entidade. Com a participação de todos, fortalecemos a união da categoria, permitindo que o SINDSEG atue de forma ainda mais eficiente na defesa dos direitos dos trabalhadores.

Unidos, seremos mais fortes para garantir não apenas os direitos já conquistados, mas também para lutar por novos avanços e melhorias nas condições de trabalho e remuneração.



Conheça alguns casos de vitória do SINDSEG em prol dos trabalhadores de nossa categoria



Vitória no caso da Global Segurança

Em 2023, após a Global perder postos de trabalho nas agências bancárias, induziu os Vigilantes a aceitarem "acordos e pedidos de demissão", privando-os dos direitos garantidos pela Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) e pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Por meio de uma ação coletiva, o SINDSEG demonstrou que a empresa agiu de forma irregular e conseguiu recuperar os direitos desses trabalhadores. A decisão judicial beneficiou os Vigilantes de Guaratinguetá e outras cidades da região. Apesar da empresa ter entrado com recurso, até agora não houve vitórias e os direitos trabalhistas seguem garantidos para todos os ex-Vigilantes da Global que atuaram nas agências bancárias.



Vitória no caso da KHS Segurança

Após meses de disputa judicial, a Justiça decidiu a favor dos trabalhadores, reconhecendo irregularidades e o não pagamento de benefícios pela KHS Segurança. A empresa, contratada para serviços nas escolas estaduais, descumpriu obrigações trabalhistas ao devolver o contrato à Secretaria de Educação de São Paulo. Em resposta, o SINDSEG tomou medidas para proteger os direitos dos trabalhadores, denunciando as irregularidades aos responsáveis pelo contrato público e ajuizando uma ação coletiva para bloquear valores da KHS, buscando assim garantir os pagamentos devidos. A Justiça determinou o bloqueio dos bens da empresa e a liberação dos valores para os trabalhadores.



Vitória no caso da Essencial Segurança

Nesse processo, o SINDSEG garantiu o pagamento correto do Programa de Participação nos Resultados (PPR) para os trabalhadores da empresa Essencial, que não havia efetuado os acertos adequados em 2023. Entramos com uma ação coletiva contra a Essencial Segurança e obtivemos êxito! Os Vigilantes já receberam o valor devido corretamente. Uma situação semelhante ocorreu com a MRS Segurança e Vigilância. Após uma vitória judicial, os Vigilantes que aderiram ao processo já começaram a receber os valores devidos de PPR de anos anteriores. A postura firme do SINDSEG tem sido essencial para assegurar que as empresas da região cumpram com suas obrigações trabalhistas.